

Neste sentido, Hendrik Van der Berg optou, inequivocamente, nesta obra, por uma abordagem que privilegia o conceito de crescimento económico que é dissecado de uma modo aprofundado, constituindo uma excelente forma pedagógica de o apreender, embora à custa de relegar para um plano meramente residual o conceito de desenvolvimento económico, no seu sentido mais nobre.

Francisco Diniz

João Vasconcelos COSTA, *A Universidade no seu labirinto*. Lisboa, Editorial Caminho, 2001, 303 p.

Esta obra aprofunda, levanta e discute questões cruciais relacionadas com o sistema universitário nacional e com outros sistemas de ensino superior, particularmente na Europa. Está repartida por doze pontos essenciais que abarcam os principais desenvolvimentos e tendências deste nível de ensino.

No primeiro ponto, intitulado *Um debate necessário*, o autor coloca a seguinte questão de partida: “Está a universidade portuguesa a precisar de uma nova reforma?”. É também neste que o autor justifica o “porquê” desta obra e as opções feitas em termos de abordagem, nomeadamente o facto de se debruçar apenas sobre ensino superior universitário estatal, porque considera que só se deve discutir aquilo que se conhece relativamente bem.

Uma história recente mas culturalmente marcante é o título do segundo ponto. É neste que o autor apresenta as principais transformações sofridas pela universidade antes e em consequência do 25 de Abril de 1974. Considera que, vários anos depois, “a situação mudou e ao mesmo tempo permanece [...]”. Mudou porque se preencheu em grande parte o vazio de competências e qualidade científica [...]. A vida científica animou-se e hoje Portugal já começa a ter um lugar significativo no panorama científico europeu, pelo menos em algumas áreas. Há muito boas equipas de investigação, o número de publicações em revistas internacionais aumentou exponencialmente, produzem-se muito mais doutoramentos e de boa qualidade. Os indicadores de qualidade e produtividade em relação ao ensino têm evoluído

favoravelmente. Em muitos aspectos, a gestão e a vida em geral das universidades acompanharam o ritmo da modernidade, sem comparação com o que eram há vinte anos” (p. 39). Contudo, o autor refere que a cultura universitária permanece na mesma, continuando esta a ser mais uma cultura de ensino do que de investigação; “o ensino domina as preocupações dos professores e absorve quase inteiramente os seus órgãos de direcção” (p. 42). Outros traços marcantes da cultura universitária são: o colectivismo e a colegialidade na tomada de decisões.

O terceiro ponto da obra é dedicado aos *grandes desafios*, cuja questão central é a necessidade de mudança da missão ou missões da universidade. Assim, com os novos desafios e na perspectiva da formação e do ensino “requer-se que a universidade capacite as pessoas para o desenvolvimento máximo das suas capacidades e para a adaptação permanente, ao longo da vida, às exigências do trabalho, porque o mercado do emprego solicita hoje perfis de formação flexíveis e adequados à acelerada mutação de qualificações e à necessidade de reconversões tecnológicas rápidas. Na ciência, requer-se cada vez mais progresso do conhecimento, mas também que este conhecimento beneficie a sociedade e a economia.” (p. 52).

Perante este panorama novos desafios se colocam à universidade, desde a passagem de organismos públicos tradicionais para uma “figura jurídica mais flexível, com uma lógica institucional moderna e com serviço público contratado com o Estado” (p. 55), como também a necessidade de articulação dos dois tipos de ensino superior, universidades e politécnicos, “com benefícios mútuos e sem constituírem dois subsistemas estanques” (p. 62). É também alvo de discussão, neste ponto, a criação de estabelecimentos de ensino, de licenciaturas e de mestrados, cuja criação (ou acreditação), segundo Vasconcelos Costa, deve obedecer a dois critérios: qualidade e relevância social. À semelhança de outros instrumentos mistos de regulação, o autor sugere a criação de um *Conselho Superior das Universidades*, constituído por três partes: representantes das universidades, representantes das associações profissionais e dos interesses autárquicos, económicos e sociais e representantes do Estado, por exemplo, metade nomeados pelo Governo e metade pela Assembleia da República; tendo por responsabilidade a aprovação (acreditação) de cursos, quer *a priori*, quando a universidade faz a proposta de criação, quer *a posteriori*, confirmando ou não a acreditação, periodicamente, em função da avaliação. Aquele órgão é considerado pelo autor como um verdadeiro conselho político, de

concertação e de diálogo social, entre parceiros diversificados e representativos da realidade social.

Os graus, os cursos e o ensino são abordados no quarto ponto desta obra. Neste, são discutidos aspectos como a duração de cada grau, as características, os objectivos, a formação de “banda estreita” *versus* de “banda larga”, a pedagogia universitária, o ensino modular, entre outros. No que concerne à licenciatura, de entre várias sugestões indicadas, salienta-se o ensino bidireccional, a ênfase na aprendizagem, a mudança no papel do professor – mais do que transmissor de conhecimento, é um facilitador da aprendizagem. Em relação ao mestrado, a proposta recai sobre a coexistência de dois tipos de cursos de mestrado, com objectivos e formato bem definidos e distintos: mestrados profissionais e mestrados de investigação. Os primeiros, profissionalmente orientados, dirigidos a profissionais, incluindo obrigatoriamente uma componente baseada em tarefas da profissão; e os segundos, orientados para a investigação, incluindo obrigatoriamente uma componente de métodos de investigação. Quanto ao doutoramento, o autor refere a necessidade de uma definição substantiva e operacional, referindo a existência de uma grande ambiguidade e diversidade de critérios de escola para escola.

No quinto ponto da obra discutem-se a *investigação científica universitária e a política científica*. Para o autor, uma faculdade é ensino-investigação, e não ensino e investigação. “O universitário é investigador porque só se ensina bem o que se cria e com a perspectiva e iluminação do criador e é professor porque a criação só se completa quando deixa de ser um acto pessoal para ser partilhada com outros, pela transmissão do saber” (p. 97). O autor discute ainda a questão dos centros de investigação, a sua integração ou não nas universidades e sugere que “toda a estrutura de centros, paralela à organização das faculdades, se integre numa estrutura única de investigação e ensino, centrada nos departamentos das faculdades, para que ambas as actividades, ensino e investigação, sejam vistas, organizadas e supervisionadas como actividades integradas que são” (p. 103). Ainda neste ponto, o autor centra-se na política científica da universidade e fala em *coerência científica*, ou seja, defende a homogeneidade como factor de coesão e de imagem pública de qualidade, mas também a diversidade, hoje positiva e até necessária na universidade. “É que uma universidade tem que oferecer uma gama muito larga de ensino e este ensino tem que ter por base competências científicas e investigação de alta qualidade. À diversidade do ensino tem que corresponder diversidade da investigação” (p. 108). Aponta para a necessidade da existência de um ministério integrado para a

reorganização das universidades, procurando resolver esta separação orgânica entre o ensino e a investigação e para a definição de uma política científica coerente com o papel do seu agente principal, a universidade¹.

A autonomia universitária, a responsabilidade e a avaliação fazem parte do sexto ponto desta obra. A “autonomia é uma característica essencial das universidades, como afirma muito enfaticamente a Magna Carta das Universidades Europeias (Bolonha, 1999)” (p. 111). O autor refere as limitações da autonomia científica, administrativa e financeira, disciplinar, discute o Decreto-Lei nº 252/97, de 26 de Setembro que reconhece as limitações que advêm para as universidades do seu estatuto de pessoas colectivas de direito público. O que vai ao encontro da proposta feita pelo autor para a criação de uma nova figura jurídica, que conjugue o carácter público da universidade com a liberalidade e a flexibilidade das pessoas colectivas de utilidade pública administrativa. Desta forma, segundo autor, a lei da autonomia deveria estipular “apenas os princípios gerais e a filosofia da organização e gestão das universidades, mas com a maior margem possível de liberdade para as soluções concretas” (p. 120). Ainda neste ponto, é discutida a questão da avaliação das universidades, refere a Lei nº 38/94, de 21 de Novembro, o Decreto-Lei nº 205/98, de 11 de Julho que cria o Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior (CNAVES), que tem por finalidade “assegurar a harmonia, coesão e credibilidade do processo de avaliação e acompanhamento do ensino superior, tendo em vista a observância dos padrões de excelência a que deve corresponder o funcionamento global do sistema” (p. 123). O autor, entre outros aspectos, chama a atenção para o facto da investigação ser deixada de fora da avaliação, sendo apenas referida de forma genérica em alguns relatórios de investigação e aponta algumas críticas para o modo como o processo de avaliação tem sido desenvolvido em Portugal em comparação com outros países, nomeadamente o estar ainda limitado à perspectiva programática, sem a componente institucional e, como já foi referido, deixando de fora a investigação.

A problemática da liderança é agora discutida num ponto intitulado *Política, estratégia e direcção*, realçando a necessidade de uma nova visão sobre a questão da direcção, designadamente a introdução de uma nova lógica de liderança conjugada com a participação colectiva. “Num sistema concertado como o universitário, a liderança tem que ser o catalisador do empenhamento colectivo. A liderança é forçosamente autoridade e decisão final, mas é também muito a promoção das

iniciativas descentralizadas, a negociação de conflitos, a facilitação da comunicação interna, a pedagogia das ideias inovadoras” (p. 144); mas, como refere o autor, o corpo académico está pouco preparado para exercer este tipo de liderança. Assim, propõe como alternativa ao modelo tradicional de gestão, o *modelo profissional*, baseado nos princípios de política, liderança e participação, que pretende dar uma resposta moderna aos novos desafios que se colocam actualmente à universidade. Refere também a necessidade de introdução de *padrões de qualidade* que regulem a prestação individual de ensino, a evolução na carreira, a gestão e a investigação nas universidades.

Estas questões continuam a ser discutidas no ponto que se segue, denominado *A estrutura e a gestão das Universidades e das Escolas*, onde o autor refere e analisa as principais vantagens e desvantagens dos dois modelos principais da organização das universidades: o *modelo europeu continental*, onde a organização é feita por escolas, normalmente designadas por faculdades e o *modelo inglês*, onde a organização é feita por departamentos, expandido na maioria das universidades americanas. A preferência do autor recai sobre este segundo modelo de organização, por ser o mais económico, racional e flexível. Outros aspectos abordados neste ponto prendem-se com a gestão da universidade, onde o autor reafirma o *modelo profissional* e estabelece a comparação entre o que passa em Portugal e em outros países europeus e não só.

A questão do *financiamento das Universidades* é debatida no décimo ponto desta obra, onde o autor apresenta o actual modelo de financiamento das universidades portuguesas, as suas orientações e o modo como é efectuado o cálculo do orçamento. Após referir as suas principais limitações, Vasconcelos Costa sugere um modelo alternativo de financiamento, em que a proposta vai ao encontro de um orçamento contratado (ou seja, a modalidade de cálculo deveria ser a contratual, como acontece em diversos países da Europa e não a do simples cálculo aritmético) como soma de quatro parcelas: “Parte do financiamento seria o financiamento geral, por fórmula, mas com grande peso de um critério diferente, em função da produção social das universidades, os seus diplomados, bem como de outros indicadores de produtividade; outra parte o financiamento da investigação; outra, o financiamento consignado para fins específicos; e finalmente outra parte, o financiamento de progresso ou de desenvolvimento, dependente da avaliação” (p. 206). Refere por fim que as propinas devem ser também uma fonte de financiamento adicional significativo.

De seguida, o autor dedica-se a análise da *carreira docente*, apresenta as funções inerentes a cada categoria, no que concerne ao ensino e a investigação, assim como questiona a evolução na carreira, a política de gestão de pessoal académico. Um outro aspecto a que também faz referência prende-se com a mobilidade dos professores entre universidades, acentuando que só teremos boas condições de mobilidade quando houver verdadeira competitividade entre as universidades para recrutar os melhores, o que só aconteceria se cada universidade pudesse definir “as condições contratuais, a carreira e o regime remuneratório do seu pessoal. Cada uma ficaria livre de estabelecer as suas condições competitivas no recrutamento dos melhores docentes e de adequar o regime de carreira própria à sua política geral de desenvolvimento” (p. 244), o que reconhece ser difícil de concretizar, apesar de já ser uma realidade nos Estados Unidos.

O *espaço europeu do ensino superior*, nomeadamente a questão da harmonização dos sistemas universitários é analisado a seguir. “Esta convergência e harmonização tenderá para a construção do que já se chama o «espaço europeu do ensino superior». É um espaço que se deseja com qualidade, com mobilidade de professores e estudantes, com diversidade, que respeite as diferenças culturais, linguísticas e educacionais da Europa, com abertura baseada na competição e na cooperação com outras regiões do mundo. É um espaço a que a universidade portuguesa pertence e ao qual vai ter que se adaptar” (p. 246). Aqui tem lugar a análise da Declaração de Sorbonne (1998) – discussão de uma arquitectura comum para a organização de cursos e para o sistema de graus universitários, tendência para a adopção de um sistema em dois níveis (estruturação qualitativa em duas etapas: num primeiro ciclo, a que correspondem os graus de bacharel ou de licenciado; num segundo ciclo, a que correspondem os graus de mestre e de doutor) e de tipo 3-5-8 (refere-se à duração do ensino de cada grau, a contar desde a entrada na universidade: três anos para o bacharelato ou licenciatura, cinco para o mestrado, oito para o doutoramento).

Em 1999, com a Declaração de Bolonha, embora não tenha havido convergência em torno do modelo 3-5-8, mas apenas uma aproximação, foi aceite o esquema em dois níveis, de pré e pós-graduação². Vasconcelos Costa sugere um modelo 4-5-9³, não muito longe da actual tendência europeia, mas mais próximo da nossa realidade. É também discutida a harmonização pelos créditos e, como refere o autor, o lado menos bom da dita Declaração de Bolonha, que diz respeito “à mobilidade de estudantes, professores e investigadores e à criação de um

sistema europeu de medida e garantia de qualidade baseado em processos de avaliação compatíveis e com critérios relativamente uniformes” (p. 254). Segundo o autor, o maior desafio virá da redução temporal das licenciaturas, em regra, para quatro anos. No entanto, refere que a mudança não deve consistir numa simples operação de corte e colagem, de contracção ou rearrumação das actuais licenciaturas de cinco anos, mas sim numa verdadeira revisão dos currículos escolares, coerente com os novos objectivos do sistema. Chamada de atenção para a necessidade de ajustamento da avaliação das universidades portuguesas aos padrões europeus e às tendências processuais que emergirem. O autor apresenta assim uma análise crítica das principais vantagens e desvantagens decorrentes da implementação das mudanças propostas nos encontros da Sorbonne e Bolonha⁴. Acentua a urgência da realização de um debate alargado sobre esta questão, que envolva o ministério, os docentes universitários, os empregadores e os alunos, trabalho este que poderia ser desenvolvido pelo Conselho Superior das Universidades – órgão multipartido proposto num ponto anterior nesta obra.

A *aprendizagem virtual* é a última temática abordada. A *lifelong learning*, para a qual os jovens devem estar preparados, é obrigatoriamente o ensino à distância, é a aprendizagem em casa ou no trabalho, por meio das novas tecnologias de informação. A necessidade de mudança nas concepções pedagógicas, na organização e nos métodos de ensino, no foco de atenção que agora vai também para a aprendizagem e não apenas para o ensino. Apesar do autor considerar a aprendizagem à distância uma realidade em expansão e de utilidade indiscutível, apresenta algumas desvantagens, relacionadas com aspectos de ordem económica e com questões técnicas. São ainda referidos vários exemplos dentro e fora da Europa, que ultrapassam as instituições de ensino. Quanto a nós, o autor refere que a “nossa procura de *e-learning* ainda é reduzida e se as universidades estiverem no mercado quando essa procura for significativa, elas terão vantagens competitivas, desde a língua até ao reconhecimento oficial das formações. Não podem é atrasar-se” (p. 289).

Ao concluir a obra o autor responde à questão inicialmente colocada: *está a universidade portuguesa a precisar de uma reforma?* A resposta é afirmativa – a universidade precisa de uma reforma global e coerente. É necessário introduzir o sentido de responsabilidade social e abrir a universidade à influência e mesmo à intervenção activa de seus parceiros. É necessário adoptar padrões exigentes de qualidade. É um labirinto sempre a vibrar de agitação interna que pode parecer exagerada em relação aos fins e ao trabalho efectivo desta grande comunidade que é a

Universidade. Assim, o “porquê” do título afirmativo deste livro – *A Universidade no seu labirinto* (p. 303).

Trata-se assim de uma obra de actualidade nacional e internacional, que apresenta, para além de uma ampla e profunda reflexão crítica sobre o sistema de ensino universitário, diversas propostas de mudança, nomeadamente se considerarmos as indicações feitas na Declaração de Bolonha. Suscitará naturalmente alguma polémica, ao opor-se a ideias estabelecidas e padrões culturais vinculados na universidade, devendo por isso a sua leitura ser feita numa atitude crítica.

De fácil compreensão, consideramos a obra útil não só para os “universitários” mas também para o leitor interessado em aprofundar os seus conhecimentos nesta área.

Célia Ribeiro

NOTAS

¹ Recorda-se a existência do Ministério da Ciência e do Ensino Superior, desde Abril de 2002.

² A Declaração de Bolonha, de 1999, confirmada pela reunião de Praga de 2001, estabelece a harmonização do sistema europeu de graus num esquema em dois níveis, com um primeiro grau (*bachelor*) de três ou quatro anos com relevância para o mercado de trabalho, seguido de um segundo grau (*master*) para o qual há forte consenso de, na sequência do primeiro, deve ser obtido em cinco anos e, finalmente, o doutoramento. Neste sentido, deve ser reduzido o nosso número de graus, de quatro (bacharelato, licenciatura, mestrado e doutoramento) para três, bem como a sua duração.

³ O CRUP também defende um grau de quatro anos.

⁴ Posteriormente, na reunião de Praga (2001), “os ministros deram ênfase a que, para maior flexibilidade dos processos de aprendizagem e de qualificação, é necessária a adopção de bases de qualificações, suportadas por um sistema de créditos tal como o ECTS – *European Credit Transfer System*, ou um sistema com ele compatível, fornecendo tanto a transferibilidade como a acumulação de funções. Juntamente com sistemas de garantia de qualidade mutuamente reconhecidos, tais medidas facilitarão o acesso dos estudantes ao mercado de trabalho europeu e aumentarão a compatibilidade, atracção e competitividade do ensino superior europeu”.